Educação no Brasil: promessas e realidades

© Renato Araújo/ABr

Protesto de alunos da Universidade de Brasília (UnB)

Dos 200 milhões de brasileiros, 56 milhões estavam matriculados em algum curso em 2013. Desde os anos 90, todas as crianças, de uma forma ou outra, têm acesso à educação, existem cerca de 7 milhões em cursos superiores, e as universidades brasileiras graduam cerca de 15 mil doutores anualmente. O país gasta acima de 6,1% do PIB em educação, 1,7% do PIB em ciência e tecnologia, e um ambicioso Plano Nacional de Educação aprovado pelo Congresso em 2013 prevê, entre outras 20 metas, que o Brasil aplicará 10% do PIB em educação até 2024. Ao tomar posse em seu segundo mandato, a Presidente Dilma Rousseff anunciou que o Brasil, a partir de agora, seria a "Pátria Educadora", fazendo da educação a prioridade de seu governo. Nos anos recentes, o governo federal iniciou dois projetos ambiciosos na educação: o "Ciência sem Fronteiras", buscando colocar 100 mil estudantes brasileiros estudando em universidades no exterior em 4 anos, e o Programa Nacional de Educação Tecnológica, o PRONATEC, que até 2014 havia matriculado 7,5 milhões de pessoas a um custo de 14 bilhões de reais.

TEXTO: **SIMON SCHWARTZMAN***

Estes dados dão uma impressão de grande dinamismo e, de fato, se pensarmos que, em 1970, 35% da população de mais de cinco anos era analfabeta, o progresso tem sido enorme. Mas, olhando para a frente, parece que o país não está conseguindo e dificilmente irá obter os resultados esperados no futuro próximo. Uma das razões é a crise política, econômica e energética resultante do descontrole dos gastos públicos e da corrupção no nível federal nos últimos anos. A crise tem afetado de forma direta o setor do petróleo, de onde se esperava que saíssem os recursos necessários para aumentar os gastos em educação. Não só os cortes estão afetando diretamente a área da educação, como também o fato de que toda a atenção do governo se volta para a crise, deixando pouco ou nenhum espaço para a implementação de políticas de longo prazo.

* O sociólogo Simon Schwartzman é pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) no Rio de Janeiro (www.iets.org.br) e membro titular da Academia Brasileira de Ciências. Foi professor da Universidade de São Paulo, pesquisador e professor da Fundação Getúllio Vargas, e presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1994 e 1998.

© Elza Fiuza/Agencia Brasil

Escola primária em Brasília

Problemas crônicos

Mesmo antes da crise, já havia indicações claras de que a educação brasileira estava em um impasse que dificilmente seria resolvido com a simples injeção de mais recursos e a criação de grandes projetos do governo federal. O Brasil participa do PISA, a avaliação da educação realizada periodicamente pela OECD, e os dados mostram que a qualidade da educação básica do país é muito má e não tem se alterado de forma significativa ao longo do tempo. A educação primária e secundária é da responsabilidade dos estados e municípios, alguns dos quais têm conseguido um certo progresso em melhorar o funcionamento das escolas e a qualidade da educação, sem, no entanto, alterar o quadro geral, caracterizado por escolas públicas mal administradas, currículos imprecisos e antiquados e professores mal formados. Ainda que o analfabetismo absoluto tenha praticamente desaparecido entre a população mais jovem, o número de analfabetos funcionais é extremamente alto, e os dados sobre abandono escolar a partir da adolescência são preocupantes. As famílias de renda média e alta, quando podem, colocam seus filhos em escolas privadas, que se dedicam em sua grande maioria a preparar os jovens para um exame nacional de ensino médio que seleciona, entre vários milhões de candidatos a cada ano, os que terão acesso a 170 mil vagas no ensino superior público, que é gratuito e concentra a maior parte dos cursos superiores de mais qualidade e prestígio no país. 75% dos estudantes de nível superior, no entanto, somente conseguem acesso ao ensino privado, que oferece sobretudo cursos noturnos nas áreas das profissões sociais (administração, educação, direito), de qualidade bastante precária.

Embora mais recursos sejam necessários para tornar a profissão docente mais atraente e para ampliar o tempo das crianças na escola pública, os problemas da educação brasileira hoje têm a ver sobretudo com a melhoria de funcionamento das instituições de ensino existentes, do ponto de vista administrativo e pedagógico, e o dinheiro que se gasta hoje poderia ser muito melhor aplicado. Três exemplos recentes são o sistema de crédito educativo para o ensino superior, em que o governo vinha investindo 13,4 bilhões de reais anualmente no setor privado sem maiores garantias de qualidade nem de retorno financeiro; o "Ciência sem Fronteiras", em que milhares de estudantes foram enviados ao exterior por períodos curtos e sem maior preparo, muitas vezes sem falar a língua do país de destino; e o programa de Ensino Técnico, o PRONATEC, implantado sem uma análise adequada das condições necessárias para uma educação profissional de qualidade, e sem mecanismos de avaliação de resultados.

Não faltam, por outro lado, exemplos de iniciativas bem sucedidas de educação de qualidade tanto no setor público quanto no privado, da educação fundamental à pós-graduação, que podem servir de referência para políticas apoiadas em conceitos pedagógicos e gerenciais atualizados, e implementadas de forma mais indutiva e descentralizada. É a base sobre a qual a educação do país pode de fato dar o salto de qualidade de que necessita. ■